



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Um antigo documentário

Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo – pude assistir, não faz muitos dias, a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas junto a tribos indígenas do Xingu. A reportagem, apesar de tecnicamente algo tosca, resultou muito expressiva; deve datar do início dos anos 60. No centro dela, repontava o delicado tema da “aproximação” que os brancos promovem em relação aos índios ainda isolados. Cláudio Vilas-Boas, que chefiava a expedição, mostrou plena consciência da tensão que envolve esses primeiros contatos, que acabarão provocando a desfigurações da cultura indígena.

Há quem defenda, com razão, que o melhor para os índios seria que os deixássemos em paz, às voltas com seus valores, hábitos e ritos. Mas acabaria não sendo possível evitar que, mais dia, menos dia, algum contato se estabelecesse – e com o risco de que brancos ambiciosos e despreparados mostrassem, eles sim, a “selvageria” de que somos capazes.

A delicadeza da missão dos irmãos Vilas-Boas está em que eles procuram respeitar ao máximo a cultura indígena, enquanto a põem em contato com a nossa. Melhor que ninguém, os irmãos sabem que não aproveitaremos nada de tanto o que têm os índios a nos ensinar (na dedicação aos filhos, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, os exporemos aos nossos piores vícios. Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos desse contato: uma gripe trazida pelo branco pode dizimar toda uma aldeia.

Hoje, décadas depois, o documentário parece assumir o valor de um testamento: são impressionantes as cenas em que um chefe indígena recusa, com veemência, presentes dos “civilizados”; ele parece adivinhar o custo de tais ofertas, e busca se defender do perigo mortal que vê nelas. O país desenvolveu-se muito nesse tempo, modernizou-se, povoou regiões recônditas do interior, abriu espaço para as “reservas”. Mas sabemos que a cultura do colonizador não é, necessariamente, melhor do que a do colonizado. Apenas se revelou a mais bem armada, a mais forte das duas. Melhor seria se fosse, também, a mais justa.

(Roberto Melchior da Ponte, inédito)

1. A tese de que os índios nada ganham ao entrar em contato com o branco
 - (A) é contestada no primeiro parágrafo, quando se faz referência à atuação dos irmãos Vilas-Boas.
 - (B) é admitida no segundo parágrafo, embora seja vista como impossível de se defender na prática.
 - (C) não é considerada como plausível ou justa, pois a força está sempre do lado do colonizador.
 - (D) não é admitida em nenhum momento do texto, uma vez que não traduz a posição de Cláudio Vilas-Boas.
 - (E) é levada em conta no último parágrafo, para ser descartada em razão de empecilhos culturais.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a tensão demonstrada por Cláudio Vilas-Boas resulta da consciência dos perigos que esse primeiro contato acarretará mais tarde, para quem tomou a iniciativa dele.
- II. No terceiro parágrafo, expressa-se a dificuldade da missão de quem, ao mesmo tempo, respeita e expõe ao risco a vida e a cultura dos índios.
- III. No quarto parágrafo, a expressão *valor de um testamento* justifica-se pelo fato de os índios aculturados testemunharem a modernização do país.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Infere-se do texto que Cláudio Vilas-Boas, assim como seus irmãos, tem consciência de que sua missão é

- (A) justa, mas desnecessária.
- (B) necessária, mas inexecutável.
- (C) injusta, além de desnecessária.
- (D) difícil, além de justa.
- (E) necessária, apesar de injusta.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *apesar de tecnicamente algo tosca* = malgrado a técnica meio rudimentar.
- (B) *às voltas com seus valores* = contornando seus atributos.
- (C) *os exporemos aos nossos piores vícios* = os advertiremos do que há de pior em nossos males.
- (D) *recusa, com veemência* = nega-se, voluntariamente.
- (E) *não é, necessariamente, melhor* = não atende melhor essa necessidade.



5. A cultura do colonizador impõe-se, via de regra, pela força das armas, e não pela incontestável superioridade de seus valores éticos.
- Uma outra redação clara e correta do que acima se afirma pode ser:
- (A) Conquanto se imponha pela força das armas, os valores éticos da cultura do colonizador não contestam alguma superioridade.
- (B) Incontestavelmente, não há superioridade ética enquanto se impõem pelas armas, como é forçoso reconhecer, a cultura do colonizador.
- (C) A incontestável superioridade dos valores éticos de uma cultura mostra-se, como regra, pela imposição de suas armas.
- (D) É à força das armas, e não à discutível superioridade de seus valores éticos, que a cultura do colonizador recorre para se impor.
- (E) Costumeiramente, a cultura do colonizador, pela força das armas, impõe-se como incontestavelmente superior aos valores éticos.
-
6. A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:
- (A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.
- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.
-
7. É forçoso contatar os índios com delicadeza, para poupar os índios de um contato talvez mais brutal, em que exploradores submetessem os índios a toda ordem de humilhação, tornando os índios vítimas da supremacia das armas do branco.
- Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) poupá-los - os submetessem - tornando-os
- (B) poupá-los - lhes submetessem - os tornando
- (C) poupar-lhes - os submetessem - tornando-lhes
- (D) os poupar - submetessem-nos - lhes tornando
- (E) poupar a eles - os submetessem - tornando-lhes
-
8. A frase em que ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:
- (A) Aos irmãos Vilas-Boas coube levar adiante, da melhor maneira possível, a missão que lhes foi confiada.
- (B) Respeitar a cultura do outro deveria ser uma obrigação para quem dispõe da superioridade das armas.
- (C) "Selvageria" vem entre aspas para deixar claro que esse termo não condiz com a situação analisada no texto.
- (D) O chefe indígena não hesitou em recusar os presentes que lhe foram oferecidos.
- (E) Os irmãos Vilas-Boas desempenharam um papel fundamental nas primeiras aproximações com grupos indígenas.
-
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os brancos não deviam se arvorar como superiores diante dos índios.
- (B) Os documentários de que mais aprecio na TV Educativa podem fazer pensar.
- (C) Era delicadeza a missão de cujos termos aceitaram os irmãos Vilas-Boas.
- (D) Pena que não saibamos aproveitar nada uma cultura tão rica como a deles.
- (E) Cláudio realizou várias aproximações de cujos riscos era consciente.
-
10. O termo entre parênteses pode substituir corretamente o termo sublinhado em:
- (A) *Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo (...) assisti a um documentário. (certamente)*
- (B) *A delicadeza da missão desses irmãos está em que eles respeitam ao máximo a cultura indígena. (reside no fato de que)*
- (C) *Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos do contato que estava fazendo. (conquanto os riscos)*
- (D) *Seria preferível que nossa cultura fosse mais justa a ser apenas a mais bem armada. (do que apenas ser)*
- (E) *Há quem defenda a ideia de que os índios seriam grandemente beneficiados se os deixássemos em paz. (literalmente fariam melhor)*



Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneíza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.

O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.

Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

11. De acordo com o texto,
- (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
 - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
 - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
 - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
 - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

12. Considere as afirmativas seguintes:
- I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
 - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
 - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

13. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
- (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
 - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
 - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
 - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
 - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



<p>14. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...</i></p> <p>(B) <i>Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.</i></p> <p>(C) <i>Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.</i></p> <p>(D) <i>Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.</i></p> <p>(E) <i>O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.</i></p>	<p>17. <i>O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...</i> (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:</p> <p>(A) <i>da tomada de decisões.</i></p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais.</i></p> <p>(C) <i>pelo conceito de cidadania.</i></p> <p>(D) <i>um mundo de tribos.</i></p> <p>(E) <i>no conhecimento do torcedor comum.</i></p>
<p>15. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:</p> <p>(A) <i>antes excluídos da tomada de decisões</i> (1^o parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.</p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais</i> (1^o parágrafo) = a identificação geral nos grupos.</p> <p>(C) <i>nessa brecha aberta pela industrialização</i> (1^o parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.</p> <p>(D) <i>grupo étnico com certo caráter territorial</i> (3^o parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.</p> <p>(E) <i>enriquecida por feitos esportivos</i> (3^o parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.</p>	<p>18. ... que <u>prevalece</u> no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. (3^o parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que <u>homogeneíza</u> todos os indivíduos.</p> <p>(B) ... o sentimento tribal é muito forte ...</p> <p>(C) ... <u>acompanha</u> o indivíduo por toda vida ...</p> <p>(D) ... que (...) <u>participam</u> no rito das danças guerreiras.</p> <p>(E) ... e <u>estão</u> espalhados por vários locais.</p>
<p>16. – <i>partido político, condição econômica, seita religiosa etc.</i> – (1^o parágrafo)</p> <p>O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,</p> <p>(A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.</p> <p>(B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.</p> <p>(C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.</p> <p>(D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.</p> <p>(E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.</p>	<p>19. <i>Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.</i> (3^o parágrafo)</p> <p>Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:</p> <p>(A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.</p> <p>(B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.</p> <p>(C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.</p> <p>(D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.</p> <p>(E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.</p>
	<p>20. <i>Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, <u>tomemos</u> uma definição mínima ...</i> (3^o parágrafo)</p> <p>O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:</p> <p>(A) <u>Esperemos</u>, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.</p> <p>(B) <u>Sabemos</u> agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.</p> <p>(C) <u>Pretendemos</u>, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.</p> <p>(D) <u>Queremos</u> que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.</p> <p>(E) <u>Reconhecemos</u>, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere os mandamentos constitucionais:

- I. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.
- II. A aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado adotando-se, dentre outras, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos e a multa.

Essas hipóteses dizem respeito a garantias relativas à aplicação da pena, denominadas, respectivamente, como

- (A) seguranças processuais penais e vedação de tratamento desumano e degradante.
- (B) individualização da pena e personalização da pena.
- (C) proibição da prisão civil por dívida e proteção da incolumidade física e moral.
- (D) personalização da pena e individualização da pena.
- (E) tratamento desumano e degradante e individualização da pena.

22. NÃO é considerada exceção ao princípio da separação de poderes no Estado brasileiro, entre outras, a

- (A) fiscalização contábil, financeira e orçamentária consistente no controle externo de natureza técnica ou numérico-legal exercido pelos Tribunais de Contas.
- (B) permissão para que Deputados Federais e Senadores exerçam funções de Ministros de Estado.
- (C) convocação de Ministros de Estado, perante o plenário das Casas do Congresso Nacional e de suas comissões.
- (D) adoção pelo Presidente da República de medidas provisórias, com força de lei, em casos de relevância e urgência.
- (E) autorização, na forma de resolução, de delegação de atribuições legislativas ao Presidente da República.

23. São considerados direitos sociais, dentre outros,

- (A) as liberdades positivas e negativas, mas de observância facultativa face a reserva do possível.
- (B) os individuais do trabalhador, pessoa física, como o direito de greve.
- (C) os direitos fundamentais de primeira geração à exceção daqueles considerados como de segunda geração.
- (D) os direitos coletivos do trabalhador como os relacionados à medicina do trabalho.
- (E) os genéricos como a segurança e o lazer.

24. Em relação à seguridade social, é correto afirmar:

- (A) As contribuições da seguridade social incidentes em cada situação podem ser instituídas por lei ordinária, medida provisória, decreto do Chefe do Executivo, vedadas as de portaria ministerial.
- (B) Os recursos para o financiamento da seguridade social serão provenientes, dentre outros, dos orçamentos dos Municípios e de contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos.
- (C) As contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, como tributos, só poderão ser exigidas após decorrido um ano da lei que as houver instituído, conforme o princípio da anterioridade do exercício financeiro.
- (D) O parceiro, o meeiro e o pescador artesanal, ainda que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, mas que não tenham moradia própria, são isentos de contribuição para a seguridade social.
- (E) As contribuições de seguridade social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou de condição estrutural do mercado de trabalho.

25. O conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida e o enunciado de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, dizem respeito, tecnicamente,

- (A) à legalidade e ao poder regulamentar.
- (B) aos remédios decorrentes de ações constitucionais.
- (C) à segurança jurídica.
- (D) ao monopólio judiciário do controle jurisdicional.
- (E) à normatividade dos direitos sociais.

26. Analise:

- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, conforme o Supremo Tribunal Federal, tem natureza genérica, principal e autônoma, sendo concorrente com as demais ações de inconstitucionalidade, ou seja, é sempre admitida essa arguição, mesmo quando algumas das ações integrantes do controle abstrato de constitucionalidade puder efetivamente sanar a lesividade do ato.
- II. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus membros, poderá deferir o pedido de liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- III. O Supremo Tribunal Federal, em casos excepcionais e mediante *quorum* qualificado de dois terços, pode adotar a técnica da modulação (ou manipulação) temporal da declaração de inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- IV. Por sua natureza, é cabível a ação rescisória contra decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando o novo pedido apresente fundamentação diversa da anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**Direito Administrativo**

27. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,
- (A) sem direito de regresso contra o agente.
 - (B) assegurado o direito de regresso contra o agente, independentemente de sua culpa ou dolo.
 - (C) apenas quando o agente tenha agido com culpa ou dolo.
 - (D) salvo nos casos de comprovada responsabilidade subjetiva do agente, situação em que apenas este responde pelos danos causados.
 - (E) mesmo quando não comprovada a culpa do agente.
28. O poder hierárquico
- (A) autoriza a Administração Direta a rever, de ofício, os atos praticados pelas entidades integrantes da Administração Indireta, quando identificada a sua desconformidade com as diretrizes governamentais.
 - (B) corresponde ao poder conferido aos agentes públicos para emitir ordens a seus subordinados e aplicar sanções disciplinares, ainda que não expressamente previstas em lei.
 - (C) fundamenta a avocação, pela Administração Direta, de matérias inseridas na competência das autarquias a ela vinculadas.
 - (D) constitui fundamento da organização administrativa, estabelecendo relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos integrantes da Administração Pública.
 - (E) possibilita ao particular apresentar recurso ordinário ao Ministério ao qual se encontra vinculada entidade integrante da Administração Indireta, insurgindo-se contra o mérito do ato praticado.
29. De acordo com a Lei Federal de Licitações, constituem hipóteses de dispensa de licitação a
- (A) inviabilidade de competição, especialmente para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, desde que comprovada a notória especialização do contratado.
 - (B) contratação com pessoa diversa da vencedora do certame original, de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
 - (C) alienação de bens móveis, desde que contem com prévia autorização legislativa.
 - (D) contratação de serviços de publicidade e divulgação.
 - (E) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
30. Nos termos do parágrafo 8º do artigo 37, da Constituição Federal, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Indireta poderá ser
- (A) ampliada, mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
 - (B) reduzida, com base em contrato de gestão, por meio do qual o Poder Público estabelece, de acordo com as diretrizes governamentais, as metas de desempenho a serem cumpridas pela entidade.
 - (C) ampliada, independentemente da celebração de contrato com o Poder Público, desde que a entidade ou órgão estabeleça metas de desempenho claras e cujo cumprimento possa ser comprovado por critérios objetivos.
 - (D) ampliada ou reduzida, conforme o nível de atendimento das metas de desempenho estabelecidas em contrato de gestão firmado com o Poder Público.
 - (E) ampliada, por decreto do Chefe do Executivo, que poderá, no caso de entidades integrantes da Administração Indireta, dispensar o cumprimento das regras gerais relativas à licitação e ao concurso público.
31. Insere-se entre as competências dos Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios, no âmbito de sua atuação,
- (A) estabelecer os limites e condições para operações de crédito, interno e externo.
 - (B) fixar o montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida do respectivo ente federado com despesas de pessoal.
 - (C) fiscalizar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - (D) elaborar Relatório de Gestão Fiscal, ao final de cada quadrimestre, contendo o total despendido com despesa com pessoal, na esfera de cada Poder, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantia.
 - (E) autorizar a concessão de garantia em operações de crédito, interno e externo.
32. A União contratou empresa para construção de um determinado número de unidades habitacionais e, no curso do contrato, verificou a necessidade de contingenciamento de parte dos recursos orçamentários alocados para a execução da obra. Diante de tal circunstância, a União
- (A) estará obrigada a cumprir o contrato para a execução de todas as unidades habitacionais, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, mas não alterá-lo para reduzir quantitativamente seu objeto, sob pena de burla ao procedimento licitatório.
 - (C) poderá, desde que assim consentido pela contratada, alterar o contrato para suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor original.
 - (D) poderá, independentemente da concordância da contratada, com base no poder que tem a Administração de alterar unilateralmente os contratos administrativos, efetuar as supressões necessárias, sem limitações percentuais, desde que comprove a correspondente ausência superveniente de recursos orçamentários.
 - (E) poderá, unilateralmente, suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, somente podendo exceder esse montante com a anuência da contratada.

**Direito Civil**

33. A respeito do mandato, é correto afirmar que
- (A) o mandato em termos gerais só confere às partes poderes de administração.
 - (B) o poder de transigir importa o de firmar compromissos.
 - (C) a aceitação do mandato não pode ser tácita.
 - (D) o mandato outorgado por instrumento público não pode substabelecer-se por instrumento particular.
 - (E) o mandato pode ser verbal quando o ato for celebrado por escrito.

34. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. Alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- II. Alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Estas situações caracterizam as hipóteses de anulabilidade dos negócios jurídicos denominadas, respectivamente, de

- (A) lesão e erro.
- (B) estado de perigo e lesão.
- (C) erro e lesão.
- (D) lesão e estado de perigo.
- (E) estado de perigo e erro.

35. A respeito das diferentes classes de bens, é correto afirmar que

- (A) os frutos e produtos só podem ser objeto de negócio jurídico após separados do bem principal.
- (B) consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.
- (C) são fungíveis os móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (D) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
- (E) são públicos dominicais os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal.

36. A respeito das sucessões em geral, é correto afirmar que
- (A) é ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.
 - (B) a sucessão de alguém abre-se no lugar em que ocorreu o seu falecimento.
 - (C) o testador não poderá, havendo herdeiros necessários, dispor, no todo ou em parte, da herança.
 - (D) a companheira ou companheiro em nenhuma hipótese terá, por expressa vedação legal, direito à totalidade da herança.
 - (E) o direito à sucessão aberta não pode ser objeto de cessão por escritura pública.

Direito Processual Civil

37. Considera-se proposta a ação quando
- (A) o réu for validamente citado.
 - (B) o juiz ordenar, por despacho, a citação do réu.
 - (C) ocorrer a citação do réu, ainda que inválida.
 - (D) a petição inicial for despachada pelo juiz ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
 - (E) o réu contestar a ação ou deixar de fazê-lo no prazo legal.

38. A respeito das modificações da competência, considere:

- I. As partes podem modificar a competência em razão da matéria, elegendo o foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações contratuais.
- II. O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- III. Havendo conexão ou continência, o juiz pode, de ofício, ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.



Direito do Trabalho

39. Em relação aos dissídios individuais do trabalho, a mediação é juridicamente aceitável, e se revela, no plano do direito positivo,
- (A) pela intermediação do Ministério Público do Trabalho, nas mesas redondas de dissídios coletivos.
- (B) pela mediação do Ministério do Trabalho, nas mesas redondas de greve.
- (C) pela intervenção necessária do Ministério Público do Trabalho nos feitos judiciais em que haja interesse público.
- (D) pelo funcionamento das comissões de conciliação prévia.
- (E) pela arbitragem privada de conflitos relacionados à greve.
-
40. O empregado diferencia-se do trabalhador autônomo porque
- (A) a relação do autônomo com o tomador não é caracterizada pela subordinação.
- (B) o trabalho autônomo não pode ser gratuito.
- (C) o trabalho do empregado não deve ser oneroso.
- (D) a alteridade está presente apenas nas relações entre o autônomo e seu contratante.
- (E) o trabalho do empregado deve ser eventual, o do autônomo, constante.
-
41. Não terá direito ao gozo das férias anuais remuneradas, segundo o regramento da Consolidação das Leis do Trabalho, o
- (A) empregado que faltar ao serviço, no período aquisitivo, sem justificativa, por 12 dias.
- (B) trabalhador autônomo.
- (C) empregado que gozar de benefício previdenciário por mais de 5 meses, ainda que descontínuos.
- (D) empregado que, no período concessivo, faltar sem justificativa mais do que 32 dias.
- (E) trabalhador que cometer falta grave no período aquisitivo, ainda que não venha a ser demitido no período concessivo.
-
42. O enquadramento de determinada atividade como insalubre ou penosa, para pagamento dos respectivos adicionais, depende, respectivamente, de
- (A) emenda constitucional e de lei complementar.
- (B) previsão nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e de lei ordinária.
- (C) decreto regulamentador e de emenda constitucional.
- (D) perícia médica e de perícia por engenheiro do trabalho.
- (E) previsão em leis extravagantes e de lei complementar.
-
43. Turnos ininterruptos de revezamento, que, nos termos da Constituição da República, não podem exceder a seis horas diárias, conceituam-se
- (A) pela ausência de intervalo de refeição.
- (B) pela inexistência de folgas semanais coincidentes com o domingo.
- (C) pelo funcionamento da empresa por, no máximo, dois turnos de trabalho de 12 horas cada.
- (D) pela constante alternância de horários de trabalho, por ciclos regulares, em pelo menos dois dos três turnos possíveis: manhã, tarde e noite.
- (E) pela inexistência, cumulativa, de intervalo de refeição e de folgas semanais.
-
44. À trabalhadora doméstica asseguram-se os direitos de
- (A) garantia no emprego, por integrar o Conselho Gestor do FGTS, e férias anuais de 20 dias úteis.
- (B) férias anuais de 20 dias úteis e gratificação de Natal.
- (C) garantia no emprego, desde a confirmação da gestação até o quinto mês após o parto, e férias anuais remuneradas.
- (D) adicional noturno e auxílio-acidente pago pela Previdência Social.
- (E) descanso semanal remunerado e férias anuais de 30 dias úteis.
-
45. O sistema sindical brasileiro, a partir da Constituição da República de 1.988, identifica-se pelos princípios da
- (A) unicidade, da simplicidade e da liberdade.
- (B) unicidade, da liberdade e da livre associação.
- (C) livre associação, da pluralidade e da unicidade.
- (D) liberdade, da livre associação e da pluralidade.
- (E) unicidade, da livre associação e da pluralidade.
-
- Direito Processual do Trabalho**
46. Os atos processuais trabalhistas, em regra, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, realizar-se-ão das 6 horas às
- (A) 19 horas, de segunda a sexta-feira.
- (B) 20 horas, de segunda a sábado.
- (C) 18 horas, de segunda a sexta-feira.
- (D) 20 horas, de segunda a domingo, independentemente de autorização judicial expressa.
- (E) 17 horas, de segunda a sexta-feira, dependendo, a prorrogação máxima até às 20 horas, de autorização judicial.



47. A intimação ocorrida sábado terá a contagem do prazo para cumprimento da obrigação por ela imposta iniciada
- (A) no domingo.
(B) na segunda-feira, ainda que seja feriado.
(C) no ato da intimação.
(D) no ato da juntada da intimação cumprida aos autos.
(E) na terça-feira, se a segunda for dia útil.
48. A nulidade fundada em incompetência de foro, referida pela Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) pode ser proclamada de ofício, desde que uma das partes concorde.
(B) refere-se à incompetência em razão do lugar; por isto, de natureza relativa, não pode ser tratada de ofício.
(C) refere-se à incompetência em razão da matéria e, por isto, pode ser tratada de ofício pelo juiz.
(D) é de competência originária dos tribunais.
(E) não se submete a recurso imediato, mesmo que seja acolhida em favor de outro ramo do Judiciário.
49. No procedimento sumariíssimo, diferentemente do ordinário,
- (A) o prazo para manifestação das partes sobre o laudo pericial é de 5 dias e é comum a todos os envolvidos no litígio.
(B) a audiência deve ser una.
(C) o prazo para contestação é de dez dias, prorrogável, em despacho fundamentado, para até 30 dias.
(D) o recurso de revista é cabível apenas por divergência jurisprudencial entre Tribunais Regionais do Trabalho, ainda que o tema já tenha sido sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
(E) a petição inicial deve ser líquida e o endereço do autor deve estar atualizado e corretamente indicado.
50. A distribuição dos processos, em cidades onde haja mais do que uma unidade judiciária com a mesma competência, deve obedecer, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) à proporção quantitativa e à adequação qualitativa de processos a cada unidade.
(B) aos critérios de igualdade quantitativa e qualitativa entre as unidades judiciárias.
(C) à ordem aleatória de entrada, observando-se a igualdade de tipos de ação para cada vara.
(D) à ordem aleatória de entrada, desde que, ao final de um ano, todas as unidades tenham o mesmo número de processos distribuídos.
(E) à ordem rigorosa de entrada.
51. O recurso de embargos de declaração toma lugar nas hipóteses de
- (A) contradição entre a sentença e a jurisprudência dominante.
(B) contradição, omissão e inversão tumultuária do procedimento.
(C) contradição entre a sentença e a prova dos autos.
(D) obscuridade, omissão, contradição e prequestionamento.
(E) omissão, obscuridade e contradição entre a sentença e a lei.
52. A perícia para apuração de periculosidade e insalubridade será realizada, segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) por médico do trabalho ou por engenheiro do trabalho.
(B) por médico do trabalho e por engenheiro do trabalho, respectivamente.
(C) por médico credenciado pelo INSS e por engenheiro habilitado pelo CREA.
(D) tanto por médico, quanto por engenheiro, exceto os engenheiros do trabalho.
(E) apenas por médico do trabalho.
- Direito Penal**
53. José ingressou no escritório da empresa Alpha, sendo que o segurança não lhe obsteu o acesso porque estava vestido de faxineiro e portando materiais de limpeza. No interior do escritório, arrombou a gaveta e subtraiu R\$ 3.000,00 do seu interior. Quando estava saindo do local, o segurança, alertado pelo barulho, tentou detê-lo. José, no entanto, o agrediu e o deixou desacordado e ferido no solo, fugindo, em seguida, do local de posse do dinheiro subtraído. Nesse caso, José responderá por
- (A) furto qualificado pela fraude e pelo arrombamento.
(B) furto qualificado pela fraude.
(C) roubo impróprio.
(D) furto simples.
(E) estelionato.
54. O crime de desobediência
- (A) só pode ser praticado por omissão.
(B) será punido apenas com multa, se for culposo.
(C) ocorre independentemente da legalidade da ordem.
(D) exige violência ou grave ameaça.
(E) não prescinde de dolo, ainda que eventual.



55. Quem dá causa à instauração de investigação policial ou de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime, sem ter certeza de ser ele o autor do delito,
- (A) não comete nenhum delito.
- (B) comete crime de denunciação caluniosa, na forma dolosa.
- (C) comete crime de comunicação falsa de crime, na forma dolosa.
- (D) comete crime de denunciação caluniosa, na forma culposa.
- (E) comete crime de comunicação falsa de crime, na forma culposa.

56. Quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, sem assegurar condições do seu retorno ao local de origem,
- (A) não comete crime contra a organização do trabalho, porque o recrutamento ocorreu dentro do território nacional.
- (B) só comete crime contra a organização do trabalho se o recrutamento for feito mediante fraude.
- (C) comete crime contra a organização do trabalho e incorre na pena de detenção, de um a três anos, e multa.
- (D) só comete crime contra a organização do trabalho se o recrutamento for feito mediante cobrança de qualquer quantia do trabalhador.
- (E) só comete crime contra a organização do trabalho se a vítima for menor de dezoito anos ou portadora de deficiência física ou mental.

**Regimento Interno do Tribunal
Regional do Trabalho da 3ª Região**

Atenção: As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

57. Considere as seguintes assertivas a respeito dos acórdãos:
- I. Em regra, recebidos os autos, os acórdãos serão redigidos e encaminhados à Secretaria em quinze dias.
- II. Nas Seções Especializadas e nas Turmas, apenas o Relator ou o Redator assinará os acórdãos.
- III. Haverá acórdão completo, contendo, no entanto, relatório resumido e apenas os fundamentos indispensáveis, nos processos sujeitos ao rito sumariíssimo.
- IV. Em regra, o acórdão deverá conter ementa da tese jurídica relevante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

58. Com relação às comissões é INCORRETO afirmar:
- (A) As propostas da Comissão de Planejamento Estratégico serão submetidas à aprovação do Tribunal Pleno.
- (B) Na primeira sessão subsequente à posse, o Presidente do Tribunal sugerirá, para deliberação do Tribunal Pleno, a composição das diversas comissões, integradas por três Desembargadores, com mandato de um ano.
- (C) São comissões permanentes as Comissões de Regimento Interno, de Jurisprudência, de Informática e de Planejamento Estratégico.
- (D) Na composição da Comissão de Planejamento Estratégico, coincidindo a pessoa do Decano e do ex-Presidente, designar-se-á o mais antigo subsequente.
- (E) O Tribunal Pleno e o Órgão Especial poderão constituir comissões temporárias que serão extintas, cumprido o objetivo.

59. Quando o servidor for punido poderá pedir reconsideração ou recorrer à autoridade imediatamente superior, no prazo de
- (A) dez dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.
- (B) quarenta e cinco dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.
- (C) sessenta dias, sendo o recurso apreciado pelo Corregedor Geral, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.
- (D) trinta dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.
- (E) quinze dias, sendo o recurso apreciado pelo Corregedor Geral, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.

60. O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desempenhando as atividades correccionais que lhe forem atribuídas pela Corregedoria Regional, será designado pelo
- (A) Corregedor dentre os Desembargadores, após indicação do Presidente do Tribunal.
- (B) Presidente do Tribunal dentre os Desembargadores, após indicação do Corregedor.
- (C) Presidente do Tribunal, dentre os Desembargadores, após indicação do Tribunal Pleno.
- (D) Corregedor, dentre os Desembargadores, após indicação do Tribunal Pleno.
- (E) Corregedor, dentre os Desembargadores, após indicação do Presidente do Tribunal e aprovação pela maioria absoluta do Tribunal Pleno.

